

## Sobre os limites de uma crítica ontológica incompleta dos métodos em Economia

Álvaro Martins Siqueira<sup>1</sup>

**Resumo:** O objetivo deste artigo é defender a importância de uma crítica ontológica a economia do *mainstream*. Para isso, serão examinados os argumentos de Tony Lawson que, inspirado na corrente filosófica do realismo crítico, advoga a favor de uma Economia realista, não-dedutivista, e familiarizada com o conceito de ontologia para resolver problemas da teoria econômica contemporânea. O artigo propõe que, apesar de correto na lógica de seu argumento, a crítica de Lawson não é capaz de explicar as razões para a existência e reprodução do *mainstream*. E se é assim, a crítica de Lawson não é ontológica. Pode-se afirmar que um projeto de reorientação geral da metodologia econômica é impossível caso a necessidade social que a requer permaneça intacta. A presente leitura tem por referências o realismo crítico e a crítica ontológica do capitalismo feita por Marx.

**Palavras-Chave:** Realismo Crítico; Crítica ontológica; Metodologia econômica

**Summary:** The objective of this paper is to defend the importance of an ontological critique of mainstream economics. To do so, we examine the methodological arguments of Tony Lawson who, inspired in the critical realism philosophy, advocates in favor of a realistic, non-deductive and ontology-aware economics to solve problems of contemporary economics theory. This article proposes that, although correct in the logic of its argument, Lawson's critique of the mainstream is not able to explain the social reasons for its existence and reproduction. And if so, Lawson's critique is not ontological. It can be stated that a project of generally reorienting economics methodology, if maintained the reason for the orthodoxy existence, is impossible. Some substantial insights can be found in Marx' ontological critique of capitalism and directly on the critical realism philosophy.

**Key-words:** Critical Realism; Ontological critique; Economics methodology.

**Eixo Temático:** 1 – Metodologia e história do pensamento econômico

---

<sup>1</sup> Mestrando do programa de pós-graduação em Economia da UNESP e bolsista CAPES. E-mail: [alvaromsiqueira@gmail.com](mailto:alvaromsiqueira@gmail.com).

## 1 – Notas sobre filosofia da ciência, Economia e o conceito de ontologia

A filosofia da ciência da primeira metade do século XX protagonizou um grande esforço na tentativa de provar que o pensamento legitimamente científico era livre de proposições chamadas metafísicas. Essa mesma filosofia positivista, no entanto, sustentava-se em dois dogmas: i) a convicção na clara distinção entre verdades analíticas (sustentadas por significados independentes dos fatos) e verdades sintéticas (sustentadas por fatos); e ii) a crença de que cada proposição com significado é equivalente a algum construto lógico erigido sobre termos que dizem respeito a experiências imediatas (Quine, 1951). É amplamente difundido hoje que tal concepção positivista revelou-se incapaz de realizar o expurgo do que entendia por metafísica<sup>2</sup>, e que, mesmo nas *hard sciences*, não é possível separar a carga trans-empírica do entendimento necessário em qualquer âmbito da atividade humana: da prática cotidiana às teorias científicas.

O impacto lógico-filosófico de assumir a proposição de que o mundo não se explica unicamente por fatos (abandonando assim os dois dogmas positivistas) mas precisa ser interpretado pelos sujeitos foi bem capturado por Quine (1951, p. 20): “Um efeito de abandoná-los é [...] uma confusão entre a suposta barreira entre a metafísica especulativa e a ciência natural. Outro efeito é uma guinada em direção ao pragmatismo”. Em linhas gerais, a conjectura de Quine foi correta e surpreendentemente precisa. Predominou desde então uma forte tendência anti-positivista, pragmática e relativista cuja expansão culminou por dissipar a sólida confiança que os princípios positivistas transmitiam às ciências que os reproduzissem.

E como na Economia o *status quo* de *hard science*<sup>3</sup> era ainda mais valorizado do que é atualmente, os desdobramentos negativos do positivismo na filosofia da ciência e, portanto, do próprio estatuto de ciência da Economia, não podiam ser ignorados. Duayer (2003) argumenta que a discussão na Economia reproduz a disjuntiva filosófica entre realismo e anti-realismo prevalecendo, quase sempre, as posições anti-realistas mais conservadoras. Disjuntiva que pode ser comprovada pelo

---

<sup>2</sup> Veja-se, por exemplo, os desdobramentos do papel dos termos teóricos e sobre o critério de demarcação do conhecimento científico para os positivistas: os termos teóricos (em oposição a ‘termos empíricos’) deveriam ser totalmente suprimidos, e o critério de demarcação deixaria de fora da ciência tudo que fosse metafísico. Diante da impossibilidade desses pontos do programa, restou para os positivistas do meado do século XX a aceitação dos termos teóricos (e, portanto, da própria metafísica) como internos a esquemas de explanação, com proposições hierarquizadas (Caldwell, 1982).

<sup>3</sup> Na Economia, a difusão do programa positivista deve muito ao artigo de Milton Friedman – *A metodologia da Economia Positiva* (1953) – que é, possivelmente, um dos mais relevantes trabalhos sobre metodologia e filosofia na ortodoxia econômica. Como afirma Caldwell (1982, p. 173), é “uma obra prima de marketing”, sendo as prescrições de Friedman amplamente aceitas mesmo hoje, a despeito das inúmeras críticas (na maioria das vezes, negativas) não respondidas.

[...] rápido flerte da ciência econômica com o popperianismo, seu engajamento mais compromissado com as propostas de Kuhn e Lakatos, passando pela fugaz paixão “libertária e anarquista” com Feyerabend, sem ignorar sua simpatia ocasional pela explicação retórica e persuasória de McCloskey (DUAYER, 2003, p. 4).

Destes, Thomas Kuhn, Imre Lakatos (conhecidos pelas formulações relativistas sobre o crescimento do conhecimento) e Karl Popper configuram como expoentes autorizados da literatura em metodologia na segunda metade do século passado. Em larga medida esses autores são o centro do debate em filosofia da ciência moderna e, ainda que indiretamente, sua influência se revelou decisiva na orientação metodológica da Economia frente à impossibilidade do projeto lógico-positivista. Feitas as devidas ressalvas, as discussões atuais em metodologia das ciências sociais parecem ter por lugar-comum o argumento de que “nossos pensamentos, incluídas as teorias, são sociais, por isso históricas e, portanto, relativas” (Duayer, 2003, p. 12).

Sinteticamente, é possível falar sem exagero que o percurso teórico iniciado com o realismo empírico dos positivistas culminou numa compreensão relativista generalizada da realidade social. Se essa compreensão contemporânea, por um lado, permite abandonar uma espécie de monismo epistemológico defendido no começo do século XX, por outro lado ela sustenta um relativismo ontológico acentuado que alimenta as posturas científicas mais pragmáticas. Em outras palavras, em lugar da suposta “verdade dos fatos” positivista, tem-se que tudo são interpretações igualmente válidas dos fatos e, logo em seguida, que o conhecimento científico deve produzir, diante dessa situação incontornável, uma interpretação mais “útil” desses fatos. Por isso, pela ampla renúncia da busca por algo como uma dimensão objetiva do conhecimento, Duayer (2003) defende que as correntes atualmente dominantes seguramente optam por ceticismo instrumental em lugar de crítica ontológica, evidenciando a inequívoca hegemonia anti-realista.

Fullbrook (2008) aponta, por sua vez, o caráter emblemático da atual imersão teórica da disciplina econômica nas ideias de Kuhn, Popper e Lakatos, que não são economistas, nem cientistas sociais, e que já são falecidos. Ele enfatiza que na marcante coletânea de Roger Backhouse intitulada *New Directions in Economics Methodology (1994)*, o capítulo de Tony Lawson, que defendia uma abordagem realista, parecia estar “sozinho na festa”. O intuito de Fullbrook parece ser mostrar como a discussão em metodologia, mesmo quando se pretende e autodeclara uma novidade, ainda está majoritariamente alicerçada nas mesmas interpretações, e que têm sua gênese no ponto de vista das ciências naturais. Longe de apoiar um afastamento *a priori* de outras disciplinas ou a rejeição de autores “já falecidos”, a observação de Fullbrook permite questionar a ausência de uma perspectiva própria das ciências sociais, que ao menos tenha como ponto de partida o seu próprio objeto de estudo. A imersão na perspectiva do trio de autores mencionados é tamanha que, nessa coletânea de

Backhouse, as categorias usadas por Lawson em seu capítulo, como “ontologia”, por exemplo, contrastam com a preponderante referência à Popper, Kuhn e Lakatos nos demais capítulos.

Já a coletânea de Fullbrook, *“Ontology and Economics: Tony Lawson & his critics”*, confere um espaço importante à discussão crítico-realista levantada por Lawson. O posicionamento de Lawson, que é contrastado com importantes autores da filosofia e metodologia da ciência, baseia-se no entendimento do Realismo Crítico como corrente filosófica que pode contribuir com os métodos da Economia. A posição de Lawson é sintetizada por Fullbrook em dois argumentos principais: 1) o sucesso na ciência depende de encontrar e usar métodos, incluindo modos de raciocínios, apropriados à natureza dos fenômenos sob estudo, e 2) que existem importantes diferenças entre a natureza dos objetos de estudo das ciências naturais e aqueles da ciência social (FULLBROOK, 2008, p. 14). Ao longo de dez artigos de críticas e dez artigos em resposta à essas críticas, são discutidas questões que remetem, em maior ou menor grau, a esses dois pontos levantados por Lawson.

Fullbrook (2008) acredita que Lawson pode ser creditado como um dos principais responsáveis pelo princípio de uma mudança geral no debate em metodologia econômica. Mais de duas décadas depois da coletânea de Backhouse, afirma Fullbrook, dificilmente o conceito de ontologia soaria estranho para quem é familiarizado com os debates de metodologia. Também se difundiu a proposta de reorientação fundamental da metodologia em economia. Tony Lawson, inspirado pela filosofia da ciência social crítico-realista, advoga a favor de uma ciência econômica realista, não dedutivista e familiarizada com o conceito de ontologia para resolver problemas da teoria econômica.

Diante desses diagnósticos de Duayer (2003) e Fullbrook (2008), Tony Lawson parece suscitar um debate necessário à Economia, pois ao mesmo tempo que confronta com realismo o prestígio das posições metodológicas dominantes, Lawson o faz de um ponto de vista da própria Economia num esforço de compreender a natureza de seu objeto de estudo, e não pela tradicional transposição direta e injustificada dos resultados metodológicos obtidos em outras disciplinas.

Atualmente, existem poucos consensos na ciência econômica e o fracasso social da teoria nas últimas décadas certamente não é um deles. Mesmo assim, tornou-se crescente o número de posições que reconhecem as frustradas teorias econômicas modernas e a necessidade de, no mínimo, uma reorientação efetiva do programa de pesquisa econômica. Lawson (1997; 2003) evidencia esse fracasso da disciplina ao apresentar um conjunto de inconsistências prático-teóricas na teoria dominante. Ele argumenta que práticas (econômicas) que não condizem com a teoria defendida em questão se tornaram um procedimento naturalizado na ciência econômica, de tal forma que fica

demonstrado na prática que a teoria dominante não é capaz de lançar luz sobre eventos do mundo real.

Lawson (1997) cita exemplos problemáticos e relatos das inconsistências prático-teóricas mais comuns ao *mainstream*. Á nível de método, o autor chama a atenção para o ato de contrariar a teoria clássica da inferência na econometria “rodando” incontáveis regressões até que as estimativas sejam aceitáveis, além de estipular revisões *ad hoc* de coeficientes para previsões malsucedidas. Sobre a inconsistência no nível da teoria social, Lawson fala de como a teoria, principalmente a ortodoxa, pretende explicar ou incorporar categorias (como escolha, relações sociais, incerteza, mudança, entre outras) que são inconciliáveis com seus pressupostos mais centrais. E, por último, sobre inconsistência no nível da metodologia, tem-se a paradoxal acusação (por parte da ortodoxia) de inutilidade, ineficiência do próprio debate metodológico – a despeito de fazê-lo<sup>4</sup> (Lawson, 1997, pp. 5-13).

A naturalização dessas persistentes e reconhecíveis inconsistências nos últimos cinquenta anos ou mais da Economia lança, nas palavras de Lawson, “considerável dúvida sobre a capacidade de muitas de suas vertentes de explicar, ou até mesmo identificar, eventos do mundo real ou facilitar a avaliação de políticas” (LAWSON, 1997, p. 3). Somam-se a ele posições que, com maior ou menor grau de criticidade, partem do próprio *mainstream*. Colander *et al.* (2009), por exemplo, também indicam que a economia moderna falha nos seus próprios objetivos de previsão e explanação eficaz dos fatos econômicos. Estes autores defendem, em suas palavras, algo como uma grande reorientação dentro da Economia:

O fracasso em ao menos prever os atuais problemas do sistema financeiro internacional e a incapacidade de modelos financeiros e macroeconômicos de lançar luz nos presentes eventos reforçam a necessidade de uma grande reorientação nessas áreas e a reorientação de suas premissas básicas (COLANDER *et al.*, 2009, p. 16).

Apesar de discutíveis diferenças entre a natureza das críticas de Lawson e Colander *et al.* (2009), o movimento de ambos expressa uma avaliação muito semelhante da (in)capacidade epistemológica dos instrumentos cognitivos do *mainstream*. Ambas as críticas podem ser consideradas realistas, o que já constitui um afastamento da maioria das correntes de maior circulação na economia. Mas, no interior do conjunto de críticas realistas ao *mainstream*, ainda é possível traçar diferenças fundamentais em relação ao tipo de realismo, objetivos e escopo da crítica. E qual seria,

---

<sup>4</sup> Um exemplo emblemático deste caso pode ser posto pelo debate entre Backhouse (*Should we Ignore Methodology?*, 1992) e Hahn (*Answer to Backhouse: Yes*, 1992), onde a postura do segundo de negação da relevância da discussão metodológica é enfática e de longa data, apesar dele próprio assumir que tenha discutido e publicado de maneira considerável sobre problemas metodológicos.

então, a especificidade do realismo aqui analisado? Ainda que o objetivo desse trabalho não seja discutir em profundidade essa distinção, é importante delinear algumas importantes diferenças.

Enquanto Colander et al. (2009) propõem uma crítica lógica da disciplina – ou seja, crítica interna com o objetivo de retificar os fundamentos microeconômicos dos modelos macroeconômicos de finanças (i.e., aprimorar a concepção sobre a racionalidade do agente representativo com elementos que permitam aos modelos macroeconômicos atingir um equilíbrio ótimo entre pesquisa e resultados empíricos, leia-se previsões). Lawson, por outro lado, parece trazer categorias, critérios e metodologia radicalmente distintos daqueles aplicados pelo *mainstream*. Uma diferença fundamental da crítica de Lawson é que ela pode ser considerada abertamente como crítica da figuração geral de mundo pressuposta pela atividade acadêmica da ortodoxia, e não uma crítica de um conjunto de pressupostos irrealistas. A crítica de Lawson se apresenta como crítica dos fundamentos que requerem as concepções equivocadas em economia e, portanto, como *crítica explanatória*, ou *ontológica*, sobre a qual este artigo pretende discutir mais à frente.

Segundo o autor, a concepção científica dedutivista<sup>5</sup>, que supõe a busca por regularidades do tipo ‘sempre que  $x$ , então  $y$ ’ e é dominante em Economia, está limitada ao objetivo social de controle e manutenção marginal de um determinado estado das coisas. Como o tipo de regularidade que essa postura busca não pode ser diretamente observada nas relações econômicas (e nem no objeto das ciências naturais, conforme defende Bhaskar (1975 p. 23)), sua apreensão requer condições de fechamento do sistema. Por esta razão muitos dos resultados mais significativos da ciência econômica não são (e não podem ser) expressos na forma “sempre que evento  $x$ , então evento  $y$ ”, mas na forma “sempre que evento  $x$ , então segue-se o evento  $y$ , desde que as condições e sejam mantidas”, onde  $e$  equivale à uma descrição de circunstâncias fixas ou condições iniciais que possibilitem uma regularidade consistente entre  $x$  e  $y$  (Lawson, 1997, pp. 27-8).

O realismo crítico, por outro lado, oferece a possibilidade de mudança estrutural através da crítica da sustentação dessas estruturas. Segundo Lawson, uma reorientação crítico-realista habilita o objetivo de mudar características ou aspectos da sociedade através da transformação das concepções sociais nas quais essas características e aspectos tem sua existência vinculada. Com a “crítica explanatória”, que cumpre a mediação dessa transformação estrutural,

---

<sup>5</sup> Segundo Lawson o modo de explanação dedutivista pode ser designado a qualquer teoria ou corrente teórica que seja sustentada pela concepção de leis causais enquanto regularidades de eventos. Este método teve sua formulação clássica nos modelos de *covering-law* (Hipotético-Dedutivo, Nomológico-Probabilístico, etc) e expressa relações do tipo “sempre que acontece o evento  $x$ , então decorre o evento  $y$ ” (Lawson, 1997, p. 16). Uma análise abrangente dos modelos *covering-law* de explanação científica pode ser encontrada em Caldwell (1982).

[...] mostra-se que crenças são inadequadas ao seu contexto. Este cenário foca na possibilidade crítica, exclusiva às ciências sociais (i.é., não às naturais), onde pode ser possível transformar um conjunto de estruturas por facilitar alteração na maneira em que cada uma delas é entendida. Especificamente, a possibilidade crítica reside no potencial das ciências sociais de tanto identificar discrepâncias entre os objetos sociais e concepções gerais sobre e expectativas de ou relevante para esses objetos, e também de fornecer uma explicação para tais discrepâncias, i. é., identificar as causas sociais responsáveis (LAWSON, 1997, p. 290).

A crítica explanatória, como é conhecida por Lawson (1997), e no realismo crítico, possui os mesmos elementos centrais que a “crítica ontológica” defendida pelo filósofo marxista Gyorgy Lukács, conforme assinala Medeiros (2013, p. 2; 35). Para o propósito deste artigo, usaremos o termo crítica ontológica como equivalente à crítica explanatória. Duayer & Medeiros (2005; 2007) também defendem a aproximação do realismo crítico com o filósofo húngaro. A compatibilidade da essência desses procedimentos pode ser constatada por meio da comparação da noção já apresentada de crítica explanatória com a síntese de Medeiros (2013), na qual a crítica ontológica refere-se, na verdade, a um tríplice procedimento crítico:

- (1) a demonstração da falsidade das crenças ou teorias criticadas
- (2) a simultânea apresentação de uma explicação alternativa e mais abrangente da causalidade de fenômenos anteriormente significados através das crenças ou teorias em questão;
- (3) a indicação dos motivos reais que levam à produção e sustentação das concepções equivocadas, mistificadas e/ou ilusórias e, ainda, das condições sociais que facultam a própria crítica (MEDEIROS, 2013, p. 35-6).

Sublinhamos aqui a possibilidade, que a nosso ver é crucial, de “fornecer uma explicação para tais discrepâncias, i. é., identificar as causas sociais responsáveis” ou, igualmente, a “indicação dos motivos reais que levam à produção e sustentação das concepções equivocadas, mistificadas e/ou ilusórias”. Se Lawson, que é um dos principais proponentes do realismo crítico nas ciências sociais, faz de fato uma crítica ontológica dos métodos utilizados no *mainstream* da Economia, então seu argumento precisa conter a descrição da razão de ser desses métodos. Isto é, precisa mostrar os elementos que fazem com que o apego às concepções *dedutivistas* seja socialmente necessário.

Em uma série de livros e artigos Lawson sustenta teses que são apresentadas como novas possibilidades de (re)orientação ontológica<sup>6</sup> na economia. O ponto central de sua proposta de

---

<sup>6</sup> Ontologia, em sua designação mais geral, diz respeito ao ser ou natureza das coisas. Aqui, especificamente, o termo ontologia remete à uma *ontologia científica*, ou concepção geral de ciência que subsidia o conhecimento de seu objeto de estudo, conforme em Bhaskar (1975, p. 19).

reorientação consiste em defender que a Economia pode avançar radicalmente em termos de capacidade explanatória e correspondência com o seu objeto de estudo, se levar em consideração temas como a ontologia que ela pressupõe.

A proposta de Lawson consiste então, grosso modo, em habilitar o debate explícito sobre as concepções gerais dos objetos sociais que são requeridas para a correta realização da atividade científica na economia. Essa proposta prescinde, ela mesma, de argumentos críticos que expliquem o fracasso da concepção do *mainstream*. Na próxima seção deste trabalho, será discutida a natureza da crítica (e do projeto de reorientação) da Economia feita por Lawson, a partir da corrente metodológica do próprio realismo crítico. Em outras palavras, será discutido se Lawson faz, ou não, uma crítica ontológica do *dedutivismo*, e qual a consequência potencial dessa crítica para o conjunto desses métodos econômicos.

## **2 – A crítica de Lawson contra o método dedutivista**

A estrutura do argumento anunciado por Lawson pode ser transcrita em duas proposições: i) os problemas e falhas da ciência econômica moderna resultam da difundida e acrítica aceitação de uma concepção equivocada de ciência e ii) os problemas e falhas podem ser resolvidos pela substituição dessa concepção por outra mais adequada, uma orientação explicitamente realista (Lawson, 1997, p. 15).

Os referidos problemas e falhas constituem inconsistências prático-teóricas da economia, as quais são atribuídas pelo autor ao conjunto de métodos ou maneiras de proceder chamado de dedutivista, que é simultaneamente “fundamental para o *mainstream*” e “irrelevante para a análise dos fenômenos sociais” (Lawson, 1997, p. 16). O modo de explanação dedutivista pode ser designado a qualquer teoria ou corrente teórica que seja sustentada pela concepção de leis enquanto regularidades de eventos. Este método teve sua formulação clássica nos modelos de *covering-laws* e expressa as já mencionadas relações do tipo “sempre que acontece o evento *x*, então decorre o evento *y*”.

As regularidades supostas por este tipo de concepção não costumam acontecer, no entanto, espontaneamente. Excluída a astronomia, que estuda eventos num ambiente naturalmente afetado por um número reduzido de legalidades, as ciências precisam produzir condições nas quais acontecem essas regularidades, ou seja, precisam pressupor que a realidade é tal que pode ser caracterizada “por uma ubiquidade de sistemas fechados” (Lawson, 1997, p. 19). A imagem que se pode ter da realidade, neste caso, é a do *realismo empírico*, a partir do qual o mundo (ou pelo menos o que é relevante dele) se esgota nas impressões dos eventos empíricos e suas correlações.

E as referidas regularidades requerem, por sua vez, condições tanto extrínsecas quanto intrínsecas de fechamento. A condição extrínseca de fechamento é satisfeita pela ausência ou isolamento (por suposição) das influências externas ao modelo, ou seja, para que uma regularidade desse tipo possa ser apreendida, é preciso neutralizar o efeito de outras condições externas sobre  $y$ . Isto esclarece, diz Lawson (1997, p. 78), a obstinação ortodoxa com hipóteses de economias “fechadas” e indivíduos isolados.

Mesmo a condição extrínseca de fechamento não é suficiente, por si só, para garantir que “sempre que  $x$ , então  $y$ ”, pois cada indivíduo em análise pode se comportar de maneira distinta dentro das mesmas condições extrínsecas – basta que se reconheça a sua capacidade de realizar escolhas que não sejam previstas pela teoria econômica (Lawson, 1997, pp. 78-9). Para isso, a condição intrínseca de fechamento prevê a ausência ou constância das estruturas internas ao modelo, o que garante uma resposta estável e previsível a partir das condições iniciais dadas – um *output* normalizado decorrente dos fatores relevantes. A hipótese de racionalidade dos agentes, por exemplo, garante que a resposta dos indivíduos aos estímulos seja passiva e modelável.

Como estas constituem as condições para que a ciência, em específico a econômica, possa obter resultados significativos em termos de conjunções constantes de eventos, segue-se que os resultados da atividade científica não podem ser legitimamente universais. Ao contrário, não podem abandonar, ao risco de deturpar a regularidade obtida, as condições de fechamento do sistema. Por esta razão, muitos dos resultados mais significativos da ciência econômica não são expressos na forma “sempre que evento  $x$ , então evento  $y$ ”, mas na forma “sempre que evento  $x$ , então segue-se o evento  $y$ , desde que as condições  $e$  sejam mantidas” (Lawson, 1997, pp. 27-8).

Em síntese, a atividade científica dedutivista *precisa* pressupor condições que são incompatíveis com o seu objeto de estudo. E levando em conta esse e outros argumentos de Lawson (1997;2003), segundo o qual a capacidade das pessoas de agir por meio de escolhas ou alternativas implica na necessidade de uma concepção estruturada – i. é, não atomizada – da realidade, e que, para poder conhecer as estruturas subjacentes aos fenômenos, a ciência emprega um modo de raciocínio que não pode ser dedutivo, podemos concluir, junto com Lawson, que o projeto empírico-realista, “em seu disfarce econômico é, como aproximação geral, visivelmente equivocado” (1997, p. 32).

A validade dessa afirmação não permite, no entanto, supor que uma aceitação acrítica do método subsidiado pelo *mainstream* da economia explique totalmente a difusão dessa perspectiva. Em outras palavras, concordamos que os problemas e falhas lógicas derivados de uma concepção

equivocada de ciência poderiam ser resolvidos pela adoção de uma perspectiva explicitamente crítico-realista, mas não parece possível afirmar que

todos os problemas vistos no Capítulo 1 [as inconsistências prático-teóricas] se sustentam numa aceitação acrítica de certos resultados do positivismo, e em particular a concepção de leis científicas como conjunções constantes de eventos sobre as quais a repousa a versão de explanação do dedutivismo (LAWSON, 1997, p. 36).

A nosso ver, essa proposição ocupa um lugar importante no argumento feito por Lawson contra o mainstream e acreditamos que compromete, inclusive, o estatuto ontológico da sua crítica. Como será visto na próxima seção, a crítica ontológica pretendida por Lawson requer uma explicação da validade social da teoria que ele critica, de forma que é a presença desse momento em sua defesa do realismo crítico que este trabalho busca analisar.

### **3 – Problemas da crítica de Lawson ou a crítica ontológica incompleta**

O objetivo desta seção é ilustrar como Lawson estabelece de forma problemática a fonte da hegemonia dos métodos dedutivistas. Para isso começaremos por lembrar que as desejadas constâncias de eventos raramente ocorrem no mundo social, de forma que, para obtê-las, os economistas, teóricos ou práticos, precisam adotar procedimentos de pesquisa e análise que não ampliam em nenhum grau o conhecimento sobre o ser das relações econômicas. Nessas condições, a explanação social que apreende adequadamente seu objeto de estudo é impossível, o que não quer imediatamente dizer que a própria explanação seja em si impossível. Ao invés disso, a constatação dos limites da razão dedutivista é importante por indicar que uma concepção de explanação, para ser adequada, deve ser essencialmente distinta do modelo *covering-law* dedutivista (Lawson, 1997, p. 36).

Vale lembrar também que uma prática rigorosamente coerente com o discurso oficial e ao mesmo tempo relevante para revelar o que há de significativo nas relações econômicas (que não é a simples constância, mas os mecanismos e estruturas que os provocam), esbarra na dependência de condições *ceteris paribus* para fechamento de sistemas. Esses procedimentos oficiais exigidos pelo método da ortodoxia, como não são realmente reveladores, deixam os pesquisadores a tatear pela intuição das práticas extra-oficiais caso desejem efetivamente explicar algo do mundo social. Nas palavras de Lawson, “eles são mais ou menos obrigados a fazê-lo, caso tenham qualquer esperança de iluminar os fenômenos sociais, de produzir pesquisas econômicas relevantes” (LAWSON, 1997, p. 37).

Mas, uma vez que não há garantias de se poder entender substancialmente o mundo pela postura oficial (e nem pela “extraoficial” ou intuitiva, cujo limite é o sucesso eventual, fortuito, imprevisto, injustificado), o que pode explicar o comprometimento com este tipo de conduta? A que se deve a reprodução desse tipo de relação? Aqui é de se esperar um argumento dedicado a examinar, ou ao menos indicar, as bases reais que sustentam as concepções equivocadas do *mainstream*. Lawson, porém, responde que existem numerosas razões para explicar a persistência da postura oficial:

Mas o que explica a persistência da postura oficial? [...] Em alguns casos será *puro oportunismo*. Dada a significativa pressão dentro da academia para se conformar, seguir com o mainstream, alguns economistas podem bem se sentir obrigados a se render a retórica, se não as próprias técnicas e práticas, enraizadas no dominante *paradigma* pós-Humano. Algo disso será simplesmente *má-interpretação* (LAWSON, 1997, p. 37, itálicos adicionados)

Além de delegar um aspecto crucial da análise à falta de caráter e deficiência de raciocínio dos economistas, aspectos em última instância individuais, neste capítulo o seu argumento perpassa constatações pouco elucidativas até encontrar a melhor formulação do problema. Veja-se, por exemplo, o que ele afirma sobre o caráter intocável dos métodos oficiais equivocados que, sob a luz das tendências e contra-tendências em jogo no mundo social, dificilmente poderiam figurar as bases para a formulação de práticas adequadas a esse mundo:

Mais do que tudo, *a explicação é simplesmente uma indisposição* para sequer questionar certos métodos tidos como próprios, uma orientação voltada para a negação contínua da investigação ontológica. Tamanho é o prestígio dos métodos dedutivistas para alguns, um prestígio fundado numa errônea percepção da generalidade de seu sucesso na esfera natural, que o registro de falhas até o presente na esfera social mal afetam o esforço em perseverar com eles, ou em aparentar fazê-lo, ou ao menos a reconhecer a retidão de fazê-lo. É precisamente esta atitude dominante da disciplina que eu estou tentando desafiar com este livro (LAWSON, 1997, p. 37, itálicos adicionados).

Não tencionamos dizer que os motivos salientados por Lawson, como oportunismo, má-interpretação, ou um sincero mal-estar diante de algo como autocrítica metodológica, sejam necessariamente falsos. A objeção aqui feita é que, para uma perspectiva crítico-realista, estes aspectos não são suficientes ou adequados para explicar uma postura que se revela como tendência dentro da disciplina. De fato, através dessa retórica utilizada, Lawson cede espaço para outros tipos de concepções de ciência, como a de Kuhn (1970 [1962]), por exemplo. Como se sabe, na concepção deste último a comunidade científica não pode ter ferramentas de análise racionais para comparar paradigmas, pois cada paradigma se funda em sua própria concepção de mundo.

Como um novo paradigma normalmente emerge com poucos resultados científicos, não é possível analisar outros com base em suas concepções, apenas retrospectivamente. Assim, a decisão da comunidade de cientistas kuhniana entre um novo e um velho paradigma não pode se dar por critérios racionais. Resulta que paradigmas são incomensuráveis e não há como testar satisfatoriamente os novos candidatos a paradigma em relação a sua capacidade de resolução de problemas: restaria, para a comunidade científica, o critério da fé. Sobre isto, Kuhn afirma que:

O homem que adere a um novo paradigma num estágio inicial, frequentemente o faz desafiando a evidência fornecida pela resolução de problemas. Ele precisa, isto é, *ter fé* que o novo paradigma terá sucesso com os muitos grandes problemas que o confrontam, sabendo apenas que o antigo paradigma falhou com poucos. *Uma decisão desta natureza só pode ser baseada em fé* (KUHN, 1970 [1962], p. 158, itálicos adicionados).

Deixar sem explicação as razões que fundamentam as perspectivas criticadas pode abrir espaço para interpretações relativistas dessas posições, como a que pode ser feita através do esquema conceitual de Kuhn. Por esse esquema conclui-se que a seleção de um paradigma dominante tem sua instância definitiva na crença dos sujeitos sobre esse paradigma. Interpretação logicamente possível, mas que, neste caso, certamente não é compatível com a concepção de ciência defendida por Lawson (1997)<sup>7</sup>. Portanto, para fugir das justificativas de “prestígio”, “pressão dentro da academia” ou “oportunismo” assim como o diabo foge da cruz, apresentaremos na próxima seção um argumento sobre as práticas possíveis a partir do tipo de objeto que as ciências sociais estudam. A mudança consciente de práticas (rompimento com “paradigmas”, inclusive) precisa ter como fundamento a discussão racional – que compreende por que as crenças são críveis – e não o critério da fé, que poderia facilmente passar despercebido como pressuposto do debate científico.

Lawson apresenta sua formulação mais bem elaborada e explícita sobre a reprodução ou resistência dos métodos equivocados em Lawson (1997, cap. 4). No trecho em questão, fica explícita a associação entre a ontologia (implícita no positivismo, pois seu discurso era de expurgo de toda ontologia, sob nome de metafísica), a epistemologia e a teoria social positivista. Lawson defende que

---

<sup>7</sup> Note-se que, para sustentar qualquer concepção filosoficamente realista é preciso supor que os objetos têm propriedades e legalidades que são determinadas pela própria natureza desse objeto, e não pela crença que os sujeitos têm nessas propriedades. Um caso muito familiar diz respeito às teorias do valor marxista e marginalista. Se na teoria marxista do valor, este existe como algo inerente ao objeto, na teoria marginalista o valor somente existe através de seu reconhecimento. Uma concepção científica realista entende, pois, que os objetos de estudo imediato existem independentemente e anteriormente à sua investigação e, com isso, uma interpretação adequada não pode depender, em última instância, das crenças sobre os objetos, mas do próprio objeto. Por conseguinte, um esquema metodológico-filosófico como o de Kuhn, no qual a validade dos paradigmas depende mais da apreensão (crença, fé) que dos próprios objetos, apresenta um bloqueio irremediável para posições científicas realistas – embora essa filosofia relativista seja paradoxalmente popular em setores da heterodoxia econômica que defendem o realismo da disciplina.

os pontos de tensão encontrados no interior da teoria social do *mainstream* são requeridos pela própria concepção de mundo na qual se sustenta o método positivista de inferência, pois

assim como qualquer teoria do conhecimento pressupõe uma ontologia (que, no caso do positivismo, consiste em eventos atomísticos dados na experiência), também pressupõe uma teoria social, i.e. alguma explicação sobre a agência humana e instituições. Especificamente, estes precisam ser de uma forma que permita o alcance de um tipo particular de conhecimento. O positivismo, então, sustenta uma concepção de agente como sensores passivos de eventos atomísticos e compiladores de suas conjunções constantes (LAWSON, 1997, pp. 38-9).

Lawson demonstra, então, o que hoje constitui um consenso nos debates sobre o positivismo: apesar de reivindicar a completa rejeição de concepções ontológicas (chamadas de metafísicas) sobre a realidade, o positivismo possuía, ele próprio, uma concepção de mundo velada (Medeiros, 2013, p. 5). Mas, mesmo com essa constatação que vincula um conjunto de métodos à uma concepção inadequada, ainda ficam vagas as principais razões ou mecanismos sociais que continuam a impulsionar uma aproximação geral cientificamente problemática (e atualmente bastante criticada) do conhecimento. Assim, apesar do forte argumento de Lawson sobre as falsas e implícitas concepções ontológicas que provocam problemas lógicos na teoria, ele parece não conseguir avançar na explanação da razão de ser dessas falsas ideias. Ao contrário, exagera na casualidade desse processo, como pode ser visto num trecho subsequente ao declarar que “a concepção positivista de ciência é acriticamente aceita em boa parte da ciência econômica contemporânea”, ou que boa parte das noções equivocadas da economia passa “relativamente incontestada” (LAWSON, 1997, p. 39, *itálicos adicionados*).

Essa concepção positivista, ao menos como projeto dominante dentro dos debates atuais de filosofia da ciência, já foi descartada. Em consequência da impossibilidade do expurgo da ontologia, a resposta dominante da filosofia da ciência tem sido a do relativismo ontológico, do antirrealismo, da crença de que as crenças são incomensuráveis<sup>8</sup>. Rebatendo esta postura, que também repercute na economia através do discurso instrumental, Duayer, Medeiros & Paineira (2001, p. 27), não só explicitam o mesmo consenso concluído por Lawson mas, diversamente deste, derivam daí a inviabilidade de separar fatos de valores, com isso já anunciando a chave de resposta para a pergunta que se segue. A crítica de Lawson, assim como a de Searl, apontada por pelos autores,

[...] serve ao menos para abalar a auto - suficiência das correntes antirrealistas contemporâneas e, em consequência, recoloca na agenda a questão da objetividade do conhecimento científico. Com isso, parece que qualquer continuidade do debate tem de partir

---

<sup>8</sup> Ideias difundidas pelos trabalhos de Thomas Kuhn (1962), Imre Lakatos (1978) e Paul Feyerabend (1975).

deste consenso básico: não há como expurgar, seja como for, a ontologia. O reconhecimento do caráter objetivo do conhecimento científico, ao lado da admissão agora generalizada de que a ciência é sempre cultural, social, linguisticamente mediada, sugere que qualquer desenvolvimento na análise da natureza e do papel da ciência não poderá mais pretender separar fatos e valores. Em outras palavras, parece não haver mais retorno à ideia de ciência axiologicamente neutra. Como então explicar as posições que compreendem tudo isso e ainda assim defendem o anti-realismo? (Duayer, Medeiros & Paineira, 2001, p. 27)

O caminho do debate, se reconhecido que toda teoria do conhecimento pressupõe uma ontologia, necessariamente passa por, além de explicitar essa ontologia nos casos em que se encontre camuflada e demonstrar sua falsidade, indicar os motivos reais que tornam essa ontologia socialmente necessária. Para sustentar essa afirmação, procuramos defender a crítica ontológica a partir de argumentos de Roy Bhaskar, fundador da corrente filosófica do realismo crítico. Para isso, partimos tanto de formulações do próprio *Possibilities of Naturalism* (1979) quanto as que se encontram em Monfardini (2015) e Medeiros (2013).

#### **4 – Estruturas e práticas sociais: argumentos a favor da crítica ontológica**

Lawson (1997, p. 158) anuncia que seu entendimento sobre algumas possibilidades para as ciências sociais diverge do de Roy Bhaskar<sup>9</sup>. Naturalmente, não desejamos e duvidamos da utilidade de uma apuração da equivalência lógica entre os argumentos desses dois autores. Este não é, pelo menos, o objetivo do trabalho. No entanto, como sua argumentação geral sobre a aplicabilidade do realismo crítico na economia repousa extensivamente sobre os escritos de Bhaskar, e o economista britânico defende explicitamente a crítica explanatória (ontológica) do realismo crítico, vemos pertinência em regressar a algumas formulações do próprio Bhaskar para defender o procedimento da crítica ontológica. E, para prosseguir com o argumento deste artigo (e evitar cometer uma crítica aparentemente arbitrária a Lawson), é preciso defender a necessidade desse procedimento a partir de uma noção de sociedade amplamente aceita no realismo crítico.

No livro *The Possibility of Naturalism* (1998 [1979]), Bhaskar defende que o tipo de crítica pressuposta por um questionamento racional das teorias em circulação nas ciências sociais precisa ser ontológica. Para subsidiar os argumentos deste artigo com a obra de Bhaskar, assim como faz Monfardini (2015), que também defende este procedimento, tomaremos por ponto de partida lógico a concepção de Bhaskar sobre a conexão entre indivíduo e sociedade.

---

<sup>9</sup> Lawson defende, por exemplo, o estudo de regularidades parciais (*demi-regs*), assunto controverso dentro dos debates mais atuais do próprio realismo crítico, como pode ser visto em Edwards et. al (2014).

Para expor sua concepção *relacional* de objeto da ciência social, Bhaskar discute possibilidades e limitações de outros modelos de explicação da sociedade. Não se pretende discutir detalhadamente os campos da teoria sociológica apontados por Bhaskar, mas apenas indicar características das tendências dominantes no pensamento social. Dessas tendências, se destacam a do chamado “modelo durkheimiano” e do “modelo weberiano”. Bhaskar, ao apontar os problemas emergentes de incorrer em um desses modelos, destaca como fator comum entre eles uma limitação derivada do compromisso com o empirismo:

[...] da mesma forma que o propósito contido no isolamento das propriedades emergentes do grupo, realizado por Durkheim, é posta em cheque por seu continuado compromisso com uma *epistemologia empirista*, as possibilidades abertas pelo isolamento do tipo ideal, por Weber, são limitadas por seu continuado compromisso com uma *ontologia empirista*. Em ambos os casos um empirismo residual restringe e, por fim, anula um avanço científico real (BHASKAR, 1998, p. 33, itálicos adicionados)

Estes modelos, como aponta Monfardini (2015, p. 15), apesar de possuírem capacidade explanatória para uma dimensão da sociedade, são insuficientes para a outra dimensão. Enquanto o modelo weberiano consegue explicar a possibilidade de criação da sociedade a partir do agir humano, não pode explicar suficientemente de que forma a sociedade pode coagir a ação individual. A hipervalorização do modelo durkheimiano incorre numa limitação análoga mas de sentido oposto.

É possível fazer uma ilustração das capacidades desses modelos partindo, por exemplo, do fato de que os sistemas de linguagem, monetário, religiosos, etc., existem e funcionam a despeito do uso individual que se possa fazer deles. Este aspecto da sociedade pode ser aferido pelo modelo baseado em Durkheim. Por outro, também é verdade que a sociedade não se sustenta sem o exercício da atividade humana, de forma que um idioma requer falantes, um sistema monetário requer vendedores e compradores, etc., como entende o modelo baseado em Weber.

Mas, como já dito, esses modelos são insuficientes para explicar os dois polos da relação entre indivíduo e sociedade, seu caráter relacional. Sobre este aspecto relacional, Lawson mostra que “atividades humanas (intencionais) como fala, escrita, dirigir em vias públicas, descontar cheques, jogar e lecionar seriam impossíveis sem regras de linguagem, códigos de trânsito, sistemas bancários, regras do jogo, e relações professor-aluno” (LAWSON, 1997, p. 58).

Portanto é pressuposto dessas e das demais práticas humanas uma determinada estrutura que a possibilite e, neste sentido, *as práticas dependem de ideias prévias que as orientem* (e.g. mesmo acreditando na crença de que o ser humano é naturalmente propenso à troca, ele não seria capaz de realizar compensações bancárias sem conhecer o funcionamento de um sistema bancário). Por outro

lado, diferentemente das estruturas naturais, *a existência das estruturas sociais depende de práticas que as reproduzam* (e.g. sistemas bancários também só são imagináveis em sociedades que utilizem seus serviços). Nesse sentido, pode-se dizer que *a existência das estruturas sociais, ao contrário das naturais, depende de ideias prévias que permitam sua reprodução*. Em síntese, estruturas do mundo social são apenas relativamente duradouras e teórico-dependentes<sup>10</sup>.

No entanto não é possível deduzir dessa consequência do caráter relacional entre sociedade e pessoa que a transformação social é eminentemente intencional como um tipo de agregado da atividade individual intencional das pessoas. Se a prática individual requer algum tipo de determinação consciente de uma finalidade, o mesmo não pode ser dito sobre a transformação social. Ela não pode ser diretamente explicada pela intencionalidade, ou teleologia da atividade humana. Embora essas estruturas sejam relativamente duradouras e teórico-dependentes, sua transformação *intencional* é uma possibilidade, e não uma regra. Assim, nas palavras de Bhaskar,

Pessoas, portanto, não casam para reproduzir a família nuclear ou trabalham para manter a economia capitalista. Ainda assim, essa é a consequência não-intencional (e um resultado inexorável) de, como também é uma condição necessária para, sua atividade. Ademais, quando as formas sociais mudam, a explanação normalmente não residirá nos desejos dos agentes em mudá-la daquela forma, apesar de que dentro de um importante limite teórico e político isso possa acontecer (BHASKAR, 1998, p. 38).

As práticas, portanto, precisam de ideias prévias que as orientem mas pode, ao mesmo tempo, existir independentemente uma conceitualização adequada – que seja capaz de compreender as possibilidades históricas de transformação abertas por elas. Nesse sentido, as condições de realização de práticas sociais podem ser mistificadamente representadas pela própria consciência prática. Bhaskar afirma que este nível pode “consistir de um complexo estrutural que é realmente generativo da vida social, mas inacessível à inspeção direta pelos sentidos ou intuição imediata no curso da vida social” (BHASKAR, 1998, p. 56). Uma ilustração do argumento feito por Bhaskar pode ser encontrada em Marx<sup>11</sup>, que descreve como a realização da atividade da troca capitalista não exige a compreensão do tipo de valor (estrutura) que os indivíduos reproduzem:

Portanto, os homens não relacionam entre si seus produtos do trabalho como valores por considerarem essas coisas meros invólucros materiais de trabalho humano de mesmo tipo.

---

<sup>10</sup> A defesa completa dessa conclusão pode ser verificada em Monfardini (2015, p. 8-13). Nos limitamos a anunciar a conclusão com exemplos próprios.

<sup>11</sup> Lukács (2013) se refere a esta mesma passagem para sublinhar que até mesmo o desenrolar do processo que faz surgir a ciência é em certo sentido (dadas as condições analítico-abstrativas cumpridas pelo autor para compreender o surgimento do ser social) 'inconsciente'. Segundo Lukács, “[...] a investigação dos objetos e processos na natureza que precede o pôr da causalidade na criação dos meios é constituída essencialmente por atos cognitivos reais, ainda que durante muito tempo não tenha sido reconhecida conscientemente, e desse modo contém o início, a gênese da ciência. Também nesse caso vale a afirmação de Marx: ‘Não o sabem, mas o fazem’” (LUKÁCS, 2013, p. 46).

Ao contrário. Porque equiparam entre si seus produtos de diferentes tipos na troca, como valores, eles equiparam entre si seus diferentes trabalhos como trabalho humano. Eles não sabem disso, mas o fazem. Na testa do valor não está escrito o que ele é. (MARX, 2013, p. 149).

Como os indivíduos podem agir mediante uma forma de concepção equivocada (ou incompleta, menos explicativa) da realidade social, a atividade crítica na ciência social, caso queira reorientar conscientemente as práticas (que são teórico-dependentes), precisa mostrar que tais concepções podem ser falsas. Mas, crucialmente, a crítica na ciência social necessita demonstrar a necessidade social dessas falsas crenças, concepções, teorias, metodologias. Essa é uma condição não só do debate consciente científico, mas, como diz Bhaskar,

[...] *essa é uma condição de qualquer prática racional*. Em termos informais, a possibilidade de vir a dizer para o outro ou para si mesmo 'enfim, essa é a razão pela qual você (I) [ideologicamente] acredita nisso ou naquilo' é, de todo modo, um pressuposto de qualquer discurso racional ou de auto-reflexão autêntico (BHASKAR, 1998, p. 69, itálicos no original).

Desse modo, os objetos do mundo social possuem propriedades que permitem transitar da crítica dos objetos para sua transformação, o que não é o caso dos objetos da ciência natural. Assim, podemos retornar à síntese de Medeiros (2013, p. 35-6) – reproduzida na primeira seção do artigo – sobre o tipo de procedimento crítico que permite uma apreciação legítima das concepções que subsidiam nossas práticas (e permite passar, dado o caráter teórico-dependente das práticas, da crítica para a transformação social). Diante dos argumentos do realismo crítico (e do próprio Lawson), parar a crítica na demonstração de que as crenças em questão são equivocadas ou explicam menos que outra concepção defendida (cumprir (1) e (2), mas não cumprir (3)) não é crítica completa dos pressupostos. Significa, parafraseando Marx – mas desta vez através de Bhaskar – “se deter ‘naquele tipo de crítica que sabe como julgar e condenar o presente, mas não sabe como compreendê-lo’” (BHASKAR, 1998, p. 70).

### **Considerações finais**

Se a investigação teórica proposta pelo Realismo Crítico para as ciências sociais é aquela que a compreende, é possível agora verificar que um ponto de difícil aceitação na proposta metodológica de Lawson é a ausência de uma formulação para indicar os motivos *reais* que levam à reprodução dos métodos equivocados em economia. Como se tentou mostrar na terceira seção deste artigo, Lawson deixa recair excessivamente sobre aspectos individuais uma explicação que deveria dar conta da razão social de uma estrutura metodológica dedutivista.

A análise do desenvolvimento do argumento de Lawson sobre aplicar a concepção filosófica do realismo crítico na metodologia econômica possibilitou verificar que Lawson (1997) (1) identifica uma estrutura científico-explanatória dedutivista que é sustentada e ao mesmo tempo possibilita diversas práticas teórico-inconsistentes e demonstra sua falsidade e limites explanatórios e (2) simultaneamente apresenta uma explicação alternativa e mais abrangente dos fenômenos através do realismo crítico (para a capacidade de escolha real dos agentes e para a realidade complexa, por exemplo). No entanto, em lugar de explicar a necessidade social desse tipo de postura na economia, a crítica de Lawson concede boa parte da causa da reprodução do mainstream à aspectos individuais como “oportunismo” e “má interpretação”, gerados pela pressão da academia ou pela indisposição em criticar os métodos hegemônicos.

Contudo, como a crítica defendida por Bhaskar (e por uma concepção crítico-realista da sociedade) tem como momento decisivo a explanação dos objetos sociais que tornam necessárias as falsas consciências, é possível sustentar a hipótese de que Lawson não realiza uma crítica ontológica da estrutura descritivo-explanatória da Economia. Além disso, György Lukács já observava (desde meados do século passado) que

Hoje, no momento em que o grande desenvolvimento das ciências tornaria objetivamente possível uma ontologia correta, é ainda mais evidente que a falsa consciência ontológica no campo científico e a sua influência espiritual têm suas raízes nas necessidades sociais dominantes (LUKÁCS, 2013, p. 31).

Por fim, como indicativo das consequências que podem ser deduzidas a partir da confirmação dessa hipótese, sublinhamos que o projeto de reorientação fundamental da ontologia da disciplina econômica está sujeito a um embargo crítico pelo caráter não-ontológico de sua crítica. Como se tentou defender, a transformação racional (consciente) de estruturas sociais pressupõe a crítica da razão de ser das estruturas em questão, uma crítica ontológica. Com o caráter não ontológico da crítica de Lawson (1997), tem-se que seu projeto pode não resultar na transformação de um determinado conjunto de práticas por um caminho racional (por não atingir a raiz social das concepções dominantes em economia, seus mecanismos generativos), mas ser informado por uma compreensão incompleta dessas estruturas e, por isso mesmo, mistificadora delas.

### **Referências Bibliográficas**

BACKHOUSE, Roger E. Should We Ignore Methodology? In: *Royal Economic Society Newsletter* 78: 4–5, (1992).

BHASKAR, Roy. *A Realist Theory of Science*. London, New York: Routledge (2008 [1975])

- \_\_\_\_\_, Roy. Societies. In: *The Possibility of Naturalism: A Philosophical Critique of the Contemporary Human Sciences*. London, New York: Routledge (1998 [1979]).
- CALDWELL, Bruce. *Beyond positivism: economic methodology in the twentieth century*. Londres: George Allen & Unwin, (1982)
- COLANDER, David; FÖLLMER, Hans; HAAS, Armin; GOLDBERG, Michael; JUSELIUS, Katarina; KIRMAN, Alan; et al. *The financial crisis and the systemic failure of academic economics*. Univ. of Copenhagen Dept. of Economics Discussion Paper 09-03, (2009).  
Disponível em:  
<<http://www2.econ.iastate.edu/tesfatsi/DahlemReport2009.ColanderEtAl.pdf>>  
Acessado em: 25/06/2017
- DUAYER, Mario; MEDEIROS, João Leonardo; e PAINCEIRA, Juan Pablo. “A miséria do instrumentalismo na tradição neoclássica”, *Estudos econômicos*. São Paulo: FIPE, v.31, n.4, out./dez, (2001).
- \_\_\_\_\_, Mario; MEDEIROS, João Leonardo. 7 ‘Under-labouring’ for ethics: Lukács’ critical ontology. *Contributions to Social Ontology*, v. 15, p. 102, 2007.
- \_\_\_\_\_, Mario; MEDEIROS, João Leonardo. Lukács’ critical ontology and critical realism. *Journal of Critical Realism*, v. 4, n. 2, p. 395-425, 2005.
- \_\_\_\_\_, Mario. *Economia depois do relativismo: crítica ontológica ou ceticismo instrumental*. In: Anais do VIII congresso de Economia Política, Florianópolis. (2003).
- EDWARDS, Paul K.; O’MAHONEY, Joe; VINCENT, Steve (Ed.). *Studying organizations using critical realism: a practical guide*. OUP Oxford, (2014).
- FEYERABEND, Paul. *Against Method: Outline of an Anarchistic Theory of Knowledge* New Left Books, (1975).
- FULLBROOK, Edward (Ed.). *Ontology and Economics: Tony Lawson and his critics*. Routledge, 2008.
- HAHN, Frank. Answer to Backhouse: Yes. In: *Royal Economic Society Newsletter* 78: 5, (1992).
- KUHN, Thomas S. *The Structure of Scientific Revolutions*. The University of Chicago Press, (1970 [1962]).

- LAKATOS, Imre. *The methodology of scientific research programmes*. Cambridge University Press, (1978).
- LAWSON, Tony. *Economics and Reality*. London, New York: Routledge, (1997).
- \_\_\_\_\_, Tony. *Reorienting Economics*. London, New York: Routledge, (2003).
- LUKÁCS, György. O Trabalho. In: *Para uma ontologia do ser social*, vol. II. São Paulo: Boitempo Editorial, (2013).
- MARX, Karl. *O Capital: Crítica da Economia Política*, Livro I. São Paulo, Boitempo Editorial, (2013)
- MEDEIROS, João Leonardo. *A Economia diante do horror econômico: uma crítica ontológica dos surtos de altruísmo da ciência econômica*. Niterói: UFF, 2013.
- MONFARDINI, R. D., *Marx e a crítica ontológica: uma comparação entre A Ideologia Alemã e O Capital*. Tese de doutorado, 139 pp., UFF. Niterói [s.n.] (2014).
- QUINE, W. V. Main Trends in Recent Philosophy: Two Dogmas of Empiricis *The Philosophical Review*, Vol. 60, No. 1 (1951), pp. 20-43. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/2181906>>. Acessado em 30/07/2017